

Introdução

Renildo Souza

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

RENILDO, S. Introdução. In: *Estado e capital na China* [online]. Salvador: EDUFBA, 2018, pp. 15-25. ISBN 978-85-232-2002-0. <https://doi.org/10.7476/9788523220020.0002>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Introdução

As grandes transformações contemporâneas na China são o objeto da avaliação crítica exposta neste livro. A crítica à viragem sistêmica em favor do capital, independentemente do desejo e das intenções proclamadas pelos dirigentes chineses, não empana o brilho dos impressionantes êxitos do desenvolvimento econômico e tecnológico, bem como o crucial papel do Estado chinês na reversão da dominação geopolítica unipolar dos Estados Unidos. Neste sentido, a ascensão da China na ordem internacional engendrou possibilidades, alternativas e oportunidades de relação internacional para os países periféricos em contraste com a agressividade política e militar do imperialismo estadunidense.

O Partido Comunista da China, na III Sessão Plenária do 11º Comitê Central, em dezembro de 1978, justificou o lançamento da assim chamada reforma econômica como uma modernização socialista. A hegemonia do projeto de reformas dependeu de crenças, expectativas e pragmatismo. Assim, a empreitada modernizadora seria levada à prática pelo capital (nacional, inclusive da diáspora chinesa, e estrangeiro) e pelo Estado (política econômica desenvolvimentista, crédito, subsídios, infraestrutura), que atuariam como

parceiros e protagonistas. Em vez de restauração ou renovação do capitalismo na China, entendeu-se que a estratégia seria usar o capitalismo, aproveitar seu capital, tecnologia e mercados, para construir seu antípoda, o socialismo. Forjou-se a compreensão de que sem a rigidez importada do velho modelo soviético e sem o voluntarismo dos grandes planos maoístas tratava-se de respeitar as condições particulares da China, construindo-se aquilo que veio a receber o título de “socialismo com características chinesas”. Na medida em que avançava a reforma chinesa, o título foi mudando, cada vez mais, para “socialismo de mercado”.

A ideia, simplista, é que o grande erro da economia do socialismo real foi a oposição entre plano e mercado, ou dito de outra forma, socialismo sem mercado. Afora essas questões, no período recente da China também se mantém o importante e justo apelo da unidade nacional, com o retorno já conquistado de Hong Kong e Macau e a exigência de reunificação com Taiwan. A restauração da integridade nacional forçou, de certa forma, ao recurso de habilidade política manifestada no modelo de “Um país, dois sistemas”. A integridade, a soberania e o desenvolvimento da grande nação chinesa têm especial importância na resistência à globalização neoliberal desejada e imposta ao mundo pelo imperialismo norte-americano. Nesse processo, transparece a retórica nacionalista do resgate do papel grandioso da China, em seu passado milenar, como o famoso e poderoso Império do Meio.

Do ponto de vista do contexto internacional, há uma coincidência conjuntural interessante: as reformas chinesas começaram em 1979, no mesmo ano em que Margareth Thatcher torna-se a governante da Inglaterra, e no ano seguinte, 1980, Ronald Reagan elege-se presidente da República dos Estados Unidos. Ambos governantes – Thatcher e Reagan – apareceram como campeões da doutrina política e ideológica do neoliberalismo e líderes da renovada cruzada anticomunista.

As mudanças na China ocorrem em uma época mundial em que são marcantes a derrota do socialismo real na União Soviética e nos países do Leste Europeu, a hegemonia do capitalismo neoliberal e as diversas facetas da mundialização do capital. Há dominação esmagadora da finança de mercado no mundo, expansão de conglomerados financeiros e produtivos globalmente, recusa veemente do papel do Estado na regulação da busca do desenvolvimento econômico e social. Predominam, sobretudo, preconceitos e negação referentes aos direitos democráticos e sociais dos trabalhadores. Persiste a intolerância em face da legitimidade das lutas sociais concretas.

O ambiente político predominante deixa visível a noção hegemônica de que já teria sido provada cabalmente a inviabilidade do socialismo em substituição ao capitalismo. O socialismo seria uma página virada. Seria ociosa e anacrônica a discussão sobre modelos de renovação social radical. Nessas circunstâncias, avalia-se que seja uma audácia propor, no mundo de hoje, o debate sobre a China, do específico ponto de vista da questão da preservação ou não do socialismo. Nesses tempos difíceis, é preciso voltar a dizer que a liberdade de pesquisa, a abertura para o debate e a exposição das divergências, considerando o exame realista e o reconhecimento das contradições e evolução econômica e social do capitalismo, são fatores indispensáveis para o avanço do conhecimento. Se essa perspectiva epistemológica é negada, mergulha-se, então, no dogmatismo, estagnação teórica, preconceitos, vulgarização científica, pensamento único pró-capital.

Portanto, tratando-se da China, seria impossível renunciar à discussão do socialismo. É inaceitável qualquer tipo de subestimação do debate sobre a questão do socialismo chinês. O pano de fundo das reformas chinesas, chamadas por Deng Xiaoping de modernização socialista, consiste no exame das contradições e

fracasso do socialismo na China, como projeto e como experiência, em associação com as visões sobre o mercado.

Como se sabe, não há, nem nunca houve, mercado sem Estado no capitalismo. A rigor, o conceito de intervenção do Estado na economia não faz muito sentido. O Estado e as lutas sociais já são parte integrante do funcionamento da economia, sempre. O capital tem suas leis de movimento, tem sua dinâmica própria de acumulação, lucro, competição e crises, tem sua determinação sobre o caráter da sociedade. Mas não há ordem natural. É tudo social e histórico. É claro que, na economia, a forma institucional e a força da regulação do Estado são cruciais, mudam muito e ajudam a configurar os distintos momentos históricos. Nesse sentido, o processo de modernização chinês retoma e atualiza os debates sobre plano e mercado como princípios de regulação da economia. Em vez da integral alocação administrativa de recursos, no sentido das decisões centralizadas no Estado, avança, passo a passo, a alocação mercantil dos mesmos.

18

Além da instrumentação da relação entre Estado e mercado, na China contemplam-se os extraordinários feitos da bem-sucedida modernização econômica em curso. Assim, na trajetória chinesa contemporânea, as reformas pretendem, aparentemente, combinar socialismo e nacional-desenvolvimentismo, cujas lógicas têm naturezas distintas, com variadas configurações de interesses sociais, e representam formas organizacionais da sociedade com diferentes níveis de complexidade e abrangência. O nacional-desenvolvimentismo foi um modelo da periferia capitalista, no período de 1930 ou 1950 até 1980, que almejou o desenvolvimento econômico e social em rivalidade com o capitalismo periférico dependente, que se vinculava ao imperialismo norte-americano e aos interesses oligárquicos nativos em cada país. É claro que ainda hoje o grande capital, a partir das suas matrizes nos Estados Unidos e Europa Ocidental, opõe-se ao projeto do nacional-desenvolvimentismo. No contexto

histórico contemporâneo, desde a década de 1980 e no curso do século XXI, o grande capital força sua liberdade global de movimento e acumulação e rivaliza com a regulação de poderosos estados nacionais, como é o caso da China.

No clima político de liberalismo mundial, a partir dos anos 1980, surgiram posições extremadas em defesa do mercado. Pretende-se que, nas novas condições do mundo, bastaria contemplar o dia a dia da administração econômica, regida pelo espontaneísmo mercantil, e colher seus resultados naturais e inelutáveis. Propaga-se uma compreensão simplista e equívoca de que a instituição mercantil, como condutora da economia, comprovou-se como inarredável e absoluta, sem mediações. O mercado – imaginário e imaginado – é apresentado como a chave pura, perfeita e exclusiva para a alocação de recursos, eficiência, incentivos, progresso técnico e satisfação da soberania e preferências dos consumidores. Essa visão bloqueia questionamentos sobre a irracionalidade da finalidade do lucro, com subordinação do atendimento das necessidades sociais. A atual exaltação da ideologia do mercado e do capital amplia a subestimação ou negação do desperdício de recursos e dos perigos ambientais, do consumismo, das desigualdades sociais e da exploração da força de trabalho, da oligarquia nas estruturas de poder nos estados e nas empresas, da volta dos preconceitos e conflitos raciais, étnicos, religiosos etc.

Diante disso tudo, cabe se conformar com uma visão de mundo apologética do capitalismo, com uma interpretação de simplicidade e de estado estacionário e de quietude do mundo, sem conflito entre classes, interesses, aspirações? E como se situa a China nesse contexto? O que é, essencialmente, a transformação chinesa hoje? O que se passa ali, como se desdobram seus processos políticos e econômicos? Quais as suas implicações e perspectivas, nesse contexto mundial de capitalismo de mãos desembaraçadas? Em que a China contesta ou confirma os movimentos hegemônicos, nas

suas atuais formas, no mundo? O que significa capitalismo e socialismo para a China hoje? O prazo decorrido de quatro décadas de reformas na China já oferece amplas possibilidades, evidências, para a investigação sobre a natureza, as tendências e as implicações desse importantíssimo processo de mudanças.

As reformas na China e, sobretudo, seu prolongado e acelerado crescimento econômico, atraem cada vez mais a atenção do mundo, inclusive, obviamente, do Brasil.¹ “A irrupção da China como potência econômica e política é fator de primeira ordem na configuração das relações sistêmicas mundiais”. (CHESNAIS, 2005, p. 21) Esse autor chega a afirmar que a China, juntamente com os Estados Unidos, conforme seus interesses, impôs novas condições econômicas mundiais, que devem ser observadas pela maioria dos países. Robert Skidelsky (2006, p. 22) exaltava a grandiosidade do fenômeno econômico chinês:

20

A ascensão da China se transformou no principal tópico de discussão sobre o futuro do planeta. O século XXI será o século da China? O avanço chinês ocorrerá de modo pacífico ou violento? A China já fazia por merecer essa atenção há algum tempo. Nos últimos 25 anos, a economia do país cresceu mais de 9% ao ano, tornando-se oito vezes maior. Mas não é só essa enorme cifra que impressiona e assusta. É o tamanho de uma economia em crescimento. A economia

¹ Esse interesse, despertado pelo processo econômico chinês, além de sua emergência como polo de poder regional e internacional, ficou patenteadado, entre nós, no Brasil, por exemplo, pela missão brasileira à China, encabeçada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com um recorde de comitiva, que contou com mais de 400 empresários, sete governadores, cinco ministros, parlamentares e representantes diplomáticos, em maio de 2004.

chinesa, em termos de poder de compra, chega a dois terços do tamanho da americana.

Quase tudo que se diz das reformas da China refere-se, sobretudo, (i) à admiração mundial diante de seu extraordinário crescimento econômico, (ii) à natureza de sua política econômica em contraste com o neoliberalismo, ou (iii) ao papel da China como protagonista político mundial, inclusive como contenção potencial da dominação unilateral dos Estados Unidos, globalmente. Tudo isso é muitíssimo importante. Reconheça-se que a apreciação sobre a “política econômica” do Estado chinês, o denominado Consenso de Pequim, em contraste ao Consenso de Washington, é um tema que, com justiça, suscita muita atenção no mundo às voltas com as tragédias do neoliberalismo. A questão da positiva contribuição chinesa para a construção sistêmica do multilateralismo nas relações internacionais, hoje, também deve ser reconhecida, porque: i) a China é um Estado que poderá ajudar, mundialmente, na busca da paz e de melhores condições para a luta pelo desenvolvimento econômico e o progresso social, ao favorecer a interdição do unilateralismo e do belicismo dos Estados Unidos; e ii) a China já é um dos principais protagonistas do século XXI em todas as dimensões do sistema mundial.

Contudo, não obstante a relevância desses temas, o livro que ora se apresenta tem como foco uma questão de fundo, no que diz respeito à China: as reformas do Estado e da economia referentes à negação do socialismo e à expansão da dominação do capital. Nessa perspectiva, é preciso não se limitar, por exemplo, à variação espetacular do Produto Interno Bruto (PIB), mas debater a questão sistêmica acerca do capitalismo e do socialismo na China hoje. Incurrer-se-ia em uma manifestação de pensamento metafísico, uma avaliação do crescimento econômico chinês, ou de sua política econômica, isoladamente, em si mesmos, em separação e

descolamento do seu passado revolucionário e da disputa entre socialismo e capitalismo na sociedade chinesa.

No estudo sobre as transformações atuais na China é preciso ter como ponto de partida a experiência do socialismo real, com suas contradições e impasses. Mao Zedong (2003c, p. 83), o principal dirigente da revolução chinesa, sempre repetia, insistentemente: “*Só o socialismo pode salvar a China*”. Nesse sentido, há que se ter em conta que a China hoje, através das autoridades do Estado, se proclama como um país de socialismo de mercado.² Esse mesmo Estado adota reformas que repõem o debate sobre a natureza do sistema social no país. Há um processo mais geral de estruturação da pluralidade de capitais chineses e estrangeiros dentro da economia chinesa. Além da superfície do mercado e do fenômeno do crescimento econômico, é preciso compreender a essência e a profundidade do enraizamento crescente de todas as extensas e múltiplas determinações características da dominação do capital, com o recrudescimento da divisão da sociedade em classes sociais.

22

A complexidade das transformações na China exige a investigação com visão de totalidade e flexibilidade interdisciplinar,

² Este presente estudo tem como foco a experiência da China e não adentra o chamado socialismo de mercado da Hungria e da Polônia, nas décadas de 1970 e 1980 com características muito distintas (por exemplo, forte restrição à exploração de trabalho assalariado alheio) do atual curso chinês. (FERNANDES, 2000, p. 46) Apesar da importância das citadas experiências e ainda das tentativas de reformas na URSS, com o programa de Kossiguin nos anos 1960, ou a perestroika, com Mikhail Gorbachev, esclareça-se que o objeto deste estudo foi delimitado e circunscrito às experiências da própria China. No caso da apreciação da Nova Política Econômica (NEP) na URSS, para o estudo comparado, cabe observar os contextos muito distintos, no debate sobre as contribuições fundamentais e profundas na teoria sobre a transição socialista e os problemas do plano, mercado, desenvolvimento econômico, propriedade, Estado, democracia, economia mundial e revolução mundial.

articulando os aspectos históricos, políticos, econômicos e sociais na explicação das políticas e das formas das mudanças institucionais e gestoriais do Estado e da economia chinesa.

Ralph Miliband advertia que os “marxistas e socialistas em geral sempre tenderam a subestimar os problemas decorrentes da organização e da administração de uma sociedade pós-capitalista”. (2000, p. 101) Lênin percebeu, amargamente, depois, o erro em simplificar a administração da economia socialista. Essa simplificação apareceu, na véspera da Revolução de Outubro, em seu livro *O Estado e a Revolução*, nos seguintes termos,

[...] a imensa maioria das funções do velho ‘poder de Estado’ simplificou-se de tal maneira, e pode ser reduzida a operações de registro, inscrição, controle tão simples, que essas funções estão completamente ao alcance de qualquer pessoa alfabetizada”. (LÊNIN, 1980b, p. 251)

Organizaremos a grande produção partindo do que já foi criado pelo capitalismo, [...] reduziremos o papel dos funcionários públicos à simples execução de nossas instruções, como ‘chefes de seção e contadores’ com obrigação de prestar contas, em cargos revogáveis e modestamente pagos (naturalmente com técnicos de todos os gêneros e níveis). (LÊNIN, 1980b, p. 255)

O modelo da Comuna de Paris explicitava a democracia direta, cargos revogáveis, ínfima diferença salarial, unificação no mesmo corpo estatal das tarefas executivas e legislativas. A ruptura com a burocracia no poder e a criação de um novo Estado, sob controle dos trabalhadores, seriam, na prática, no entanto, um desafio e uma empreitada de extrema complexidade. Mostrou-se muito mais difícil, na prática, a previsão acerca da extinção, gradual, do

“governo sobre as pessoas”, restando apenas a administração das coisas, da produção.

No caso da China, Yiching Wu (2005, p. 62) defende que

[...] uma dupla crítica coerente – uma crítica tanto do capital quanto do Estado, tanto da acumulação econômica quanto do poder burocrático, e uma compreensão ampla das suas conexões estruturais e históricas – é uma tarefa imperiosa e possível.

Nessa linha, então: quais são as principais relações entre a reforma do Estado e a dominação do capital na China pós-1978? O que mudou? Por quê? Como? Quais implicações? “Mais de um quarto de século depois que a China se lançou no caminho do mercado, é hora de uma avaliação rigorosa e de fazer algumas perguntas cruciais”, já enfatizava Yiching Wu, em 2005.

24

Portanto, o caso chinês pode ser focado segundo dois eixos: o Estado – no que diz respeito à sua reforma econômica, ao recuo de um tipo socializante da planificação (na suposta e explícita forma da tentativa de construção socialista), à mudança do tipo de regulação estatal na economia, ao declínio relativo do setor produtivo estatal, à evolução das suas relações internacionais; e a dominação do capital – examinando as novas relações sociais de produção, geradas a partir: da liberdade e poder decisório empresarial; do avanço das variadas formas de privatização, em seu peso e relevância na estrutura produtiva e no desempenho econômico; das mudanças no mercado de trabalho, na gestão e disciplina da força de trabalho; da exploração dos trabalhadores e aumento das desigualdades sociais e regionais; e da hegemonia da ideologia burguesa na sociedade.

A ideologia, a teoria e o método combinam-se significativamente nas apreciações sobre as transformações de fundo por que

passa a China. Carlos Medeiros (1999, p. 92) reconhece que: “Como não poderia deixar de ser, o debate sobre a China é realizado com altas doses de ideologia”. Ressalve-se que, a despeito da alegação geral comum, da concordância, entre alguns autores marxistas, sobre a justeza do emprego do instrumental do materialismo histórico para o estudo da China, constatam-se apreciações muito divergentes. Por exemplo, Martin Hart-Landsberg e Paul Burkett (2004) apontam a restauração capitalista na China. Mas Domenico Losurdo (2004, p. 194) assevera, categoricamente, a natureza socialista da transição chinesa atual, e diverge radicalmente dos críticos de esquerda:

Para estimular a malevolência, a esquerda, em relação à República Popular da China, contribui com a tese, largamente difundida, segundo a qual naquele país já se teria verificado uma completa restauração do capitalismo.

25

Para compreender a China contemporânea, não se pode perder de vista a comparação entre o período maoísta e a fase das reformas pós-1978. Nesse sentido, é a própria China – sua história, economia, sociedade e instituições – que constitui o material de contraste e esclarecimento entre dois períodos históricos diferentes, mas intimamente relacionados. Sheying Chen (2002, p. 199) considera que: “Os problemas políticos, econômicos e sociais da China, portanto, precisam ser estudados nos termos de suas duas principais fases de desenvolvimento, isto é, antes e depois de 1978”.